

Alfabetização e as aulas de História na EJA do sistema prisional em João Pessoa

Literacy and History Classes in the Youth and Adult Education (EJA) Program in João Pessoa's Prison System.

 **Dêis Maria Lima Cunha Silva¹**

 **Albertina Maria Ribeiro Brito de Araujo²**

  **Ellen Patrícia Costa Fernandes³**

 **Natinelle de Meneses Pinheiro Santos⁴**

Resumo:

A pesquisa em questão se trata de um estudo de caráter bibliográfico qualitativo e tem como objetivo principal, compreender como os conteúdos trabalhados nas aulas de História podem contribuir com o processo de alfabetização das pessoas privadas de Liberdade. Do mesmo modo, se objetiva pensar a alfabetização de jovens e adultos no contexto prisional a partir da realidade dos discentes, levando em consideração a metodologia de Paulo Freire, que valoriza o cotidiano dos alunos. Para fundamentar este trabalho se fez uso dos seguintes aportes documentais: Plano Estadual de Educação e Diretrizes Educacionais para Pessoas Privadas de Liberdade, resoluções que legislam sobre a criação e funcionamento da educação em prisões. Os resultados revelam que há uma preocupação com o quantitativo de pessoas privadas de liberdade analfabetas ou em processo de alfabetização nos ciclos I e II, atendidas no sistema prisional em João Pessoa.

Palavras-chave: Alfabetização; Educação; EJA prisional; Ensino de História.

Abstract:

This research is a qualitative bibliographic study and aims primarily to understand how the content addressed in History classes can contribute to the literacy process of individuals deprived of liberty. Likewise, the aim is to reflect on youth and adult literacy in the prison context based on the students' realities, taking into account Paulo Freire's methodology, which values learners' everyday experiences. To support this study, the following documentary sources were used: the State Education Plan and the Educational Guidelines for People Deprived of Liberty, resolutions that govern the establishment and functioning of education within prisons. The results reveal a concern with the number of individuals

¹ Professora de História na rede estadual de ensino da Paraíba. Mestra em História – Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Contato: deisprofhist.lima@gmail.com.

² Professora lotada no Departamento de Educação – UFPB. Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Contato: albertinari@hotmail.com

³ Professora de Matemática na rede estadual de ensino da Paraíba. Graduada em Matemática - Universidade Federal da Paraíba – UFPB. E-mail: elen.cost@gmail.com

⁴ Professora do Ensino Fundamental e Médio e Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Mestra em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior. Contato: cantapinheiro@hotmail.com

deprived of liberty who are either illiterate or in the process of becoming literate in Cycles I and II, as served by the prison education system in João Pessoa.

Keywords: Literacy; Education; Prison Education; Youth and Adult Education (EJA); History Education.

Introdução

Este estudo é resultante de reflexões acerca das possibilidades e contribuições dos processos históricos para a alfabetização de alunos jovens e adultos em situação de privação de liberdade, em unidades prisionais da Grande João Pessoa. Nesse contexto, mediante a constatação da necessidade de assegurar o direito à educação para a população carcerária pessoense, foi instituída, em 2016, por meio do Decreto nº 36.907 de 15 de setembro, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Graciliano Ramos.

O público atendido por essa modalidade de ensino é composto, em sua maioria, por homens jovens e adultos de diferentes faixas etárias. Entretanto, no que se refere à alfabetização, observa-se uma predominância de indivíduos com idade superior a 40 anos. Compreende-se que a escassez de informações a respeito das instituições educacionais que atuam no sistema prisional gera, entre professores e demais profissionais da educação, incertezas quanto à dinâmica do processo de ensino e aprendizagem nesses contextos. Ressalta-se, ainda, que uma parcela significativa da sociedade desconhece a existência e a importância da educação ofertada nas unidades prisionais.

Para atender a este público, a modalidade de ensino que se faz uso é a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que se trata de uma categoria existente na Educação Básica, criada com o objetivo de possibilitar que pessoas que tenham interrompido seus estudos por diversos motivos, como reprovação, abandono, falta de oportunidades ou situações desfavoráveis, como a privação de liberdade, possam retomar sua aprendizagem (Paraíba, 2021).

Portanto esta pesquisa tem como objetivo principal entender de que forma o direito à educação das pessoas privadas de liberdade tem sido garantido na Grande João Pessoa-PB; bem como, analisar de que maneira o processo de ensino e

aprendizagem vem sendo desenvolvido nesse contexto e como as aulas de História podem contribuir para a alfabetização dos estudantes no sistema prisional, considerando-se as especificidades dessa realidade.

Vale frisar que nem todas as unidades prisionais atendidas pela escola permitem que os estudantes levem para os ambientes de reclusão, materiais como cadernos e lápis. Nesse contexto, o acesso fica restrito ao ambiente da sala de aula, limitando-se ao período em que os estudantes estão formalmente inseridos no processo de aprendizagem.

No que se refere ao método adotado neste estudo, optou-se pela pesquisa bibliográfica, definida por Silva *et al.* (2021, p. 93) como um “[...] conjunto de procedimentos previamente planejados que buscam soluções para determinado objeto e problema de pesquisa [...]”. Ressalta-se, portanto, que investigar a história da educação e do ensino de História no sistema prisional requer, não apenas rigor metodológico, mas também sensibilidade quanto à complexidade do tema, de modo a possibilitar respostas consistentes aos questionamentos propostos. Não obstante, a seleção e utilização de uma literatura pertinente oferece recursos para entender e reconhecer problemas já apresentados, bem como, para explorar áreas ainda não desbravadas, em que as dificuldades não estão claramente definidas. Logo, o estudo bibliográfico tem como objetivo fornecer ao pesquisador um respaldo extra na análise de suas investigações ou na gestão de suas informações, dado que [...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (Lakatos e Marconi, 2003, p.183).

Portanto, as Resoluções que tratam da educação em prisões e as Diretrizes Educacionais foram usados para colaborar com a fundamentação deste estudo, assim se fez uso dos seguintes documentos: as resoluções que contêm instruções para garantir a educação e como ela deve acontecer para as pessoas privadas de liberdade; documentos disponibilizados pelo Ministério da Educação, como o Plano Nacional de Educação para Pessoas Privadas de Liberdade e egresso do sistema penitenciário e as Diretrizes Operacionais do ano letivo da Rede Estadual de Educação da Paraíba para o ano correspondente a este estudo. Dessa forma, este

estudo reafirma a importância de uma abordagem metodológica rigorosa e sensível às particularidades do sistema prisional, a fim de garantir o direito à educação como um instrumento de transformação e reintegração social.

Analfabetismo e a educação de jovens e adultos

A Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Graciliano Ramos atendeu, no ano de 2023, um número de estudantes que variou entre 800 e 680. A mesma situação se repetiu em 2024, sendo essa variação atribuída às mudanças na situação jurídica dos estudantes nas unidades prisionais, uma vez que muitos deles recebem alvará de soltura ao longo do ano letivo. Em razão disso, é comum que as salas de aula registrem, semanal ou mensalmente, a entrada de novos alunos.

Entre as pessoas privadas de liberdade, os índices de analfabetismo ainda são elevados, realidade que também se verifica na Escola Estadual Graciliano Ramos. Os professores que atuam nesse sistema educacional observam, especialmente no início do ano letivo, a preocupação das equipes gestoras das unidades prisionais com o número significativo de apenados que não dominam a leitura nem a escrita.

Nessa mesma perspectiva, desde a criação da escola em 2016, as turmas dos ciclos I e II — voltadas ao atendimento de pessoas em situação de analfabetismo — apresentam um número significativamente maior de estudantes em comparação aos ciclos V e VI, que correspondem à etapa final do ensino fundamental. Não obstante, conforme dados do Censo do IBGE de 2022⁵, observou-se uma melhora nos índices de alfabetização no Brasil. Contudo, destacou-se o fato de que a faixa etária composta por pessoas com 65 anos ou mais permaneceu com a maior taxa de analfabetismo, alcançando 20,3%.

Com um índice, ainda alto, de analfabetismo entre a população de 15 anos ou mais, a Paraíba se encontra na terceira colocação entre os Estados com maior número de analfabetos do país. Indagada sobre medidas a serem tomadas, a Secretaria de Educação do Estado informou o seguinte:

⁵ Informações coletadas no site do IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022> Acesso em 17 de julho de 2024.

Secretaria de Estado da Educação (SEE-PB) criou o Regime de Colaboração em Educação, que integra as redes de ensino estadual e dos 223 municípios da Paraíba. [...] o segundo foco é alfabetizar os jovens e adultos com 15 anos ou mais, por meio do Alfabetiza Paraíba EJA (Ramalho, 2024, p. 5).

Com o intuito de erradicar este índice, na mesma reportagem foram apresentadas algumas medidas a serem tomadas que poderão contribuir com o objetivo supracitado, destacando-se quatro princípios: capacitação dos educadores, acompanhamento constante de resultados, desenvolvimento de material pedagógico personalizado e busca ativa por estudantes. O principal foco é integrar os estudantes às instituições de ensino e apoiar os professores com formações continuadas e avaliações.

Nesse contexto, questiona-se: o foco nos princípios anteriormente mencionados seria suficiente para melhorar os índices de analfabetismo? No caso de estudantes matriculados em escolas localizadas em unidades prisionais, é necessário considerar outras questões específicas, como as restrições de acesso a determinados materiais didáticos, a precariedade da infraestrutura das salas de aula e a carência de formação específica e adequada para os professores que atuam nesse ambiente. Além disso, ao tratar dos discentes em privação de liberdade, é essencial reconhecer as experiências que esses sujeitos trazem consigo para o espaço escolar. Assim, para o professor alfabetizador, torna-se fundamental desenvolver mecanismos de acompanhamento que favoreçam o domínio da leitura e da escrita pelos estudantes, adaptando seus métodos pedagógicos sempre que necessário, de acordo com a realidade vivenciada por seus estudantes.

Nessa direção, os estudantes tendem a se sentir mais acolhidos sempre que o(a) professor(a) valoriza seu cotidiano e reconhece seus conhecimentos prévios. Para pessoas adultas que tiveram ou têm a oportunidade de retomar os estudos, a escolarização passa a representar um meio para o alcance da realização pessoal. Como afirmam Silva e Silva (2010, p. 210), em um “[...] século dito da sociedade do conhecimento, do avanço tecnológico, [...] do capital global, para muitos jovens e adultos, frequentar uma escola é um sonho [...]”. E esse sonho adquire ainda mais

significado quando se trata de pessoas privadas de liberdade.

Destarte, entende-se que as desigualdades sociais colaboraram com esse contexto de pessoas adultas analfabetas, e, em muitas situações se trata de uma história marcada por exclusões, dificuldades e discriminações (Farias, 2012). E quando se leva este contexto de dificuldades para concluir os estudos no sistema prisional, se percebe que o problema é ainda maior.

Neste sentido, a Lei de Execução Penal de número 7.210 de 11 de julho de 1984, em seu Artigo 83, determina que as instituições penais devam conter espaços destinados à escolarização das pessoas privadas de liberdade. Assim, a Resolução nº 2, de 19 de maio de 2010, estabeleceu as Diretrizes Nacionais para a oferta de educação às pessoas privadas de liberdade, assegurando-lhes o direito à escolarização em articulação com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), voltada àqueles que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos na idade adequada (Brasil, 2017, p. 30).

Portanto, apesar das restrições, dificuldades, e precariedade estrutural dos espaços em que as aulas acontecem, os estudantes privados de liberdade têm seu direito à instrução e à educação garantido, ao mesmo tempo em que sonham com uma vida digna e livre fora do espaço da prisão.

A contribuição da disciplina de história para o processo de alfabetização

O ensino de História tem passado por significativas mudanças, com o objetivo de promover uma aprendizagem baseada na convivência social. Essas mudanças visam desenvolver, em todos os estudantes, seja qual for a modalidade de ensino, a capacidade de analisar criticamente os processos históricos e de contribuir com a convivência e desenvolvimento da sociedade.

É importante destacar que por vários anos, os conteúdos do componente curricular de História foram organizados com base nos processos heroicos, datas e “mitos fundadores”. Ao longo do processo histórico, a organização dos conteúdos passou e passa por mudanças, que mesmo lentas, favoreceram ou favorecem pesquisas voltadas para diversos agentes sociais não integrantes dos grupos

dominantes e para a produção cultural no cotidiano do ser humano comum (Nadai,1993).

Diante disso, torna-se necessário selecionar conteúdos e organizar as atividades pedagógicas considerando a realidade dos estudantes em situação de privação de liberdade. Além disso, a abordagem interdisciplinar pode potencializar o processo de ensino e aprendizagem dos conteúdos históricos, ao mesmo tempo em que contribui para a consolidação da alfabetização, uma vez que:

[...] os diferentes métodos de alfabetização não são excludentes entre si: cada um tende a incorporar, em algum momento, de alguma forma, com maior ou menor grau de consistência, o que o outro método anuncia. O que os distingue, então, nesta perspectiva nominal, é a ordem na qual são apresentados os diferentes focos para os quais o alfabetizador chama a atenção dos alfabetizados [...] (Ireland, 2017, p. 72).

Mesmo que, em determinado momento, um professor utilize estratégias como a silabação, frases, palavras ou contos, é fundamental adaptar essas abordagens ao contexto específico da educação prisional. Considerando que se trata de pessoas adultas, a adequação dessas práticas à realidade dos estudantes contribuirá significativamente para a efetivação da alfabetização, por meio de aulas dinâmicas e contextualizadas. Logo, o saber popular, mais especificamente dos alunos que se encontram em privação de liberdade, pode dialogar com o saber propiciado pela escola.

Na ocasião em que este estudo foi desenvolvido se pôde observar em algumas salas de aulas, de turmas de alfabetização, alguns cartazes, vale destacar que não houve contato com os alunos, e nem com os professores, neste sentido as imagens foram as seguintes:

Figura 01 – Atividade em alusão ao Dia Internacional da Mulher



Fonte: Acervo pessoal (2024)

Como mencionado anteriormente, existe uma dificuldade significativa para que os estudantes tenham acesso aos materiais comuns em uma sala de aula convencional, como tesouras sem ponta, cola, revistas, entre outros. Todo o material utilizado pelos professores para viabilizar as aulas precisa ser submetido à fiscalização da unidade prisional, em razão das exigências de segurança.

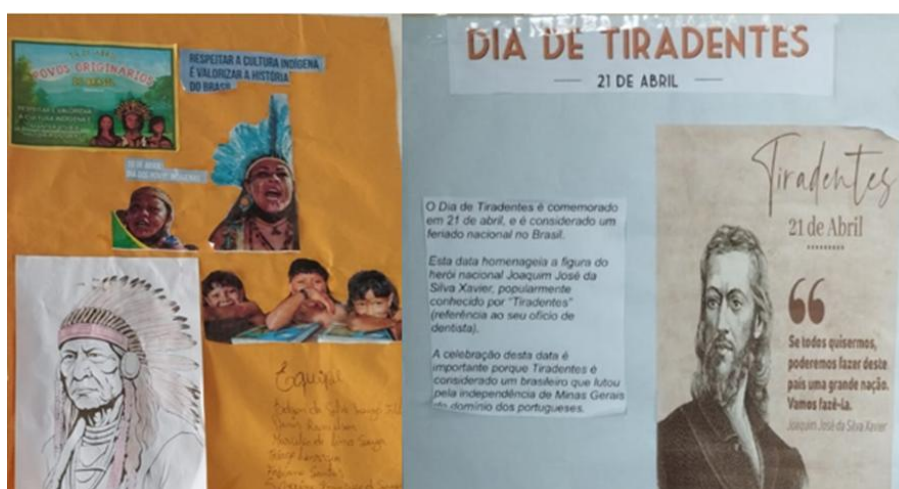
Nos dois cartazes, observa-se que, no dia 8 de março, considerado o Dia Internacional das Mulheres, são apresentadas mulheres de diversas profissões, acompanhadas de buquês de flores, evidenciando um estereótipo comemorativo. Contudo, não há um espaço dedicado a destacar a contribuição de cada uma dessas mulheres para a História das mulheres no Brasil, seja nas artes, na participação política, no movimento de resistência à Ditadura Militar de 1964 ou na produção artesanal. Ao contextualizar o debate na realidade local, as duas exibições têm o potencial de promover a alfabetização a partir do cotidiano dos alunos e da realidade social, econômica e cultural das mulheres paraibanas.

Os cartazes, expostos em salas de aula distintas, demonstram um trabalho de colagem que abre espaço para a discussão sobre a história das mulheres, a Lei Maria da Penha, o movimento feminino no Brasil, as conquistas das mulheres na política, nos movimentos sociais, entre outros temas igualmente relevantes. Considerando que se trata de um processo de alfabetização, pode-se utilizar, a partir

dessa "data comemorativa", palavras, frases, documentários e as histórias compartilhadas pelos próprios alunos como ferramentas pedagógicas.

Outro exemplo de trabalho com uma data comemorativa que possibilita o desenvolvimento da capacidade analítica e crítica dos estudantes, ao mesmo tempo em que se promove a alfabetização e desperta a consciência sobre os processos históricos, são os cartazes a seguir:

Figura 02 – Atividade em alusão ao dia dos povos originários e ao dia de Tiradentes



Fonte: Acervo pessoal (2024).

No primeiro cartaz, observa-se o cuidado em atualizar a denominação de "Dia do Índio" para "Dia dos Povos Indígenas", em conformidade com a Lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022⁶. À esquerda, no cartaz, encontram-se duas frases: "Respeitar a cultura indígena é valorizar a história do Brasil" e "Respeitar e valorizar a cultura indígena é manter viva a história do Brasil". No cartaz à direita, que celebra o Dia de Tiradentes, destaca-se uma frase atribuída ao personagem histórico: "Se todos quisermos, poderemos fazer deste país uma grande nação. Vamos fazê-la." O

⁶A referida Lei é de autoria da deputada Joenia Wapichana, em substituição ao Decreto-Lei nº 5.540, de 2 de junho de 1943. O objetivo é garantir e reconhecer os direitos das populações indígenas e fortalecer sua identidade e sua cultura. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/840049-CCJ-APROVA-PROJETO-QUE-MUDA-NOME-DO-DIA-DO-INDIO-PARA-DIA-DOS-POVOS-INDIGENAS>> e em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/14402.htm>. Acesso em: 29 ago. 2024.

pequeno texto que acompanha o cartaz se refere à "luta" de Joaquim José da Silva Xavier para "libertar" Minas Gerais do domínio português.

Nesse sentido, surge a seguinte dúvida: as frases que se entrelaçam em seu significado, no primeiro cartaz, foram trabalhadas como parte da metodologia no processo de alfabetização, ou foram utilizadas apenas para lembrar a importância da data? Da mesma forma, no segundo cartaz, foi realizado um debate crítico acerca dos fatos ocorridos durante a Inconfidência Mineira? Considerando que se trata de um processo de alfabetização de adultos, é fundamental que os próprios estudantes possam contribuir com seu aprendizado. Mesmo que a situação se referisse a uma sala de aula voltada para a alfabetização infantil, os processos históricos devem ser apresentados e debatidos de maneira a desenvolver a capacidade crítica dos alfabetizandos, enquanto se fortalece a conscientização sobre os processos históricos.

Considerações finais

Uma pesquisa como esta busca alcançar os objetivos previamente descritos, além de viabilizar a disseminação de informações e a compreensão sobre as escolas voltadas para o atendimento de pessoas privadas de liberdade. Conforme afirmam Onofre, Fernandes e Godinho (2019), a maioria dos estudantes vinculados ao sistema prisional é composta por negros, pobres e jovens, sendo que a maioria deles apresenta baixa escolaridade. Destaca-se que os estudantes que estão no processo de alfabetização, podem ter abandonado os estudos porque consideravam mais importante suprir as necessidades de suas famílias, ou não conseguiram conciliar estudo e trabalho. Além disso, muitos não enxergaram no estudo uma possibilidade de melhoria na qualidade de vida, o que pode ter contribuído para a interrupção de sua trajetória escolar.

Muitos estudantes relatam para alguns de seus professores que as aulas são para eles "algumas horas de liberdade", dado que, são ouvidos, podem opinar de modo a contribuir com os debates em sala de aula. Em momentos festivos é comum partilharem com os professores a alegria e orgulho de terem aprendido a ler,

escrever e terem concluído seus estudos. Logo, a utilização de datas comemorativas nas turmas de alfabetização pode ser vista como um método eficaz para aquisição e domínio da leitura e da escrita, afinal, trata-se de um trabalho com pessoas jovens e adultas, cujas experiências de vida e prioridades podem influenciar diretamente seu processo de aprendizagem.

Portanto, esta pesquisa é de suma importância, tanto para incentivar o ensino e a aprendizagem, fazer valer o direito à educação das pessoas em privação de liberdade, quando as aulas são para eles o seu “momento de liberdade”, bem como para informar à sociedade que existe um trabalho educativo sendo realizado dentro das unidades prisionais e que aquelas pessoas têm direito a aprender, não somente a decodificar letras e números, como também a interpretar e analisar os processos sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade em que vivem.

Referências

BRASIL. *Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017*. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 17 fev. 2017, p. 30.

FARIAS, Alessandra Fonseca. *Breve histórico das políticas públicas de EJA no Brasil*. [S.l.]: Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular – GEPEP, jun. 2012. (Ano 1, n. 3).

IRELAND, Vera Esther Jandir da Costa. Alfabetização de adultos e seus métodos. In: IRELAND, Timothy Denis; SILVA, Eduardo Jorge Lopes da; ARAÚJO, Lindemberg Medeiros de (Orgs.). *Aprendendo com o trabalho: 25 anos da escola Zé Peão*. 1. ed. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2017.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5 ed. São Paulo: Atlas 2003.

NADAI, Elza. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. *Revista Brasileira de História*. v. 13, número 25/26, set/ago. São Paulo, 1993.

ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano; FERNANDES, Jarina Rodrigues; GODINHO, Ana Claudia Ferreira. A EJA em contextos de privação de liberdade: desafios e brechas à Educação Popular. *Educação, Revista Quadrimestral*. Porto Alegre, v. 42, n. 3, p. 465-474, set-dez. 2019. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/33770>>. Acesso em 27 ago.

2024.

PARAÍBA, Secretaria de Educação do Estado da Paraíba, Secretaria de Estado da Administração Penitenciária da Paraíba. *Plano Estadual de Educação para as Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional*. João Pessoa, 2021.

RAMALHO, João Pedro. *Analfabetismo cai na Paraíba entre os anos de 2016 e 2023*. A União, João Pessoa, ano CXXXI, n. 044, 23 mar. 2024. Disponível em: <<https://auniao.pb.gov.br/servicos>>. Acesso em: 27 ago. 2024.

SILVA, Eduardo Jorge Lopes da; SILVA, Everaldo Fernandes da. Algumas impressões sobre a escola no imaginário popular. *Revista Temas em Educação*, João Pessoa, v. 18-19, n. 1-2, p. 204-219, 2009-2010.

SILVA, Michele Maria da; OLIVEIRA, Guilherme Saramago; SILVA, Glênio Oliveira da. A pesquisa bibliográfica nos estudos científicos de natureza qualitativos. In: *Revista Prisma, Rio de Janeiro*, v. 2, n. 1, p. 91-109, 2021.

Submetido em: 31 out. 2024
Aprovado em: 29 jun. 2025

26

